



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso**

**Núcleo das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa**

**Missão:** Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

Ofício nº 401/2016/NDPP/SIMP 002277-023/2015

Cuiabá, 13 de abril de 2016

Excelentíssimo Senhor  
**ROGÉRIO LUIZ GALLO**  
Procurador-Geral do Município  
PROCURADORIA-GERAL MUNICIPAL  
Cuiabá/MT



Senhor Procurador-Geral,

Por determinação do Excelentíssimo Promotor de Justiça da 13ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa, Dr Roberto Aparecido Turin, informo o despacho de indeferimento da notícia de fato nº 002277-023/2015 instaurada para apurar denúncia anônima noticiando que a Prefeitura de Cuiabá estaria promovendo um suposto gasto público em área privada, qual seja, o "Parque Tia Nair".

Para tanto, encaminho em anexo, cópia do referido despacho.

Atenciosamente,

  
**Gisiane Nobre Bandeira da Costa**  
Técnico Administrativo





## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

13ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa

**MISSÃO:** Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e pleno exercício da cidadania.

Notícia de Fato

SIMP n.º 002277-023/2015



### DESPACHO DE INDEFERIMENTO:

Trata-se de notícia de fato instaurada para apurar denúncia anônima que noticia suposto gasto público em área privada, qual seja o “Parque Tia Nair”, localizado no bairro Jardim Itália, área que seria pertencente à empresa Incorporadora Itália Ltda. (fls. 05).

Considerando a necessidade de obter-se dados preliminares sobre o fato relatado, a promotoria de justiça requisitou informações à Prefeitura Municipal de Cuiabá, responsável pela manutenção do citado “Parque Tia Nair”.

As informações requeridas foram juntadas às fls. 49/72 dos autos, sendo que o seguinte trecho dos esclarecimentos dados pelo órgão público merecem reprodução (vide fls. 50):

“Em resumo, o Parque Tia Nair está atualmente implantado em uma área de 75.295,88m<sup>2</sup>, matriculada sob o n.º 75896, do Cartório do 6º Ofício desta Capital, já transferido à propriedade da municipalidade, e as demais áreas que comporão, futuramente, o Parque estão na seguinte condição jurídica: 45.320,69m<sup>2</sup>, já transferidos à municipalidade (matrícula 92.893, do Cartório do 6º Ofício), e 60.353,79m<sup>2</sup>, que será transferido à municipalidade assim que efetuado o desmembramento da área e lavrada a escritura pública de doação.

Portanto, dos 180.970,36m<sup>2</sup> que foram afetados para a implantação do Parque Tia Nair, 120.616,57m<sup>2</sup> já estão transferidos para a propriedade da municipalidade, conforme averbações nas matrículas n.ºs 75896 e 92.893, ambas do Cartório do 6º Ofício, sendo que a área remanescente de 60.353,79m<sup>2</sup>, remanescente do Contrato de Comodato, já está indicada como área livre de uso

Edifício Sede das Promotorias de Justiça da Capital

Av. Desembargador Milton Figueiredo Ferreira Mendes, s/nº, Setor “D”, Centro Político Administrativo, CEP: 78049-928, Cuiabá/MT – fones (65) 3611-0600 – E-mail: probidade.administrativa@mp.mt.gov.br –



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

13ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa

**MISSÃO:** Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e pleno exercício da cidadania.

público e de equipamento comunitário do projeto aprovado pela Prefeitura de Cuiabá denominado Condomínio Supremo Itália”.

Percebe-se que os esclarecimentos prestados pela Prefeitura Municipal de Cuiabá são suficientes para rechaçar a denúncia anônima, pois a maior parte da área destinada ao Parque “Tia Nair” já pertence à municipalidade e a área que ainda não consta no patrimônio do município se constitui em espaço destinado por lei para o uso público e para instalação de equipamento comunitário.

Portanto, não procede a denúncia de que gestores públicos estão investindo dinheiro público em área privada.

Nesse sentido, não há que se cogitar de qualquer ato de improbidade administrativa ou de danos ao erário nos fatos noticiados.

Por todo exposto, **INDEFIRO** a instauração de inquérito civil, nos moldes do artigo 7º da Resolução n.º 010/2007-CSMP/MT. Comunique-se o necessário. Após, ao arquivo.

Cuiabá, 1ª de abril de 2016.

  
**ROBERTO APARECIDO TURIN**

Promotor de Justiça

Edifício Sede das Promotorias de Justiça da Capital

Av. Desembargador Milton Figueiredo Ferreira Mendes, s/nº, Setor “D”, Centro Político Administrativo, CEP: 78049-928, Cuiabá/MT – fones: (65) 3611-0600 – E-mail: probidade.administrativa@mp.mt.gov.br –